STJ00109764

IRENE PATRÍCIA
NOHARA

DIREITO ADMINISTRATIVO

10ª EDIÇÃO
REVISTA, ATUALIZADA E AMPLIADA

gen | atlas

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

- Fechamento desta edição: *21.02.2020*

- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2020 *by*
Editora Atlas Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Rua Conselheiro Nébias, 1.384
São Paulo – SP – 01203-904
www.grupogen.com.br

- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.

- Capa: Aurélio Corrêa

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

Nohara, Irene

Direito administrativo / Irene Nohara. – 10. ed. – São Paulo: Atlas, 2020.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-97-02511-8

1. Direito administrativo – Brasil. I. Título.

20-63193 CDU: 342.9(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

abdr
Respeite o direito autoral

STJ00109764

Sumário

1 Conceito, origem e tendências do Direito Administrativo 1

1.1 Importância do estudo do Direito Administrativo 1
1.2 Ramo do direito público 3
1.3 Conceito de Direito Administrativo 6
1.4 Regime jurídico administrativo 7
1.5 Dispersão das normas de Direito Administrativo e sua interpretação 10
1.6 Fontes do Direito Administrativo 13
1.7 Origem do Direito Administrativo 15
1.8 Evolução do papel do Estado 20
1.9 Novas tendências no Direito Administrativo 29
1.10 Independência entre poderes e função administrativa 40

2 Princípios da Administração Pública 55

2.1 Introdução 55
2.2 Supremacia do interesse público 58
2.3 Legalidade, legalidade administrativa e reserva legal 67
2.4 Impessoalidade 72
2.5 Moralidade 76
2.6 Publicidade 84
2.7 Eficiência 93
2.8 Razoabilidade e/ou proporcionalidade 99
2.9 Finalidade 105
2.10 Motivação 106
2.11 Segurança jurídica 112

STJ00109764

3 Poderes da Administração Pública 115
3.1 Poderes administrativos 115
3.2 Poder discricionário 118
3.3 Poderes decorrentes da hierarquia 124
3.4 Poder disciplinar 130
3.5 Poder normativo 134
3.6 Poder de polícia 141
3.6.1 Significado, abrangência e evolução histórica 141
3.6.2 Polícia administrativa e polícia judiciária 149
3.6.3 Atributos 151
3.6.4 Manifestações e limites 155
3.6.5 Poder de polícia e direitos fundamentais 158
3.6.6 Restrições a atividades de agentes privados 162
3.6.7 Impossibilidade de delegação 166

4 Ato administrativo 169
4.1 Introdução 169
4.2 Defesa do ato administrativo como categoria imprescindível 171
4.3 Conceito 177
4.4 Atributos 181
4.4.1 Presunção de legitimidade e veracidade 181
4.4.2 Imperatividade 183
4.4.3 Autoexecutoriedade 184
4.4.4 Tipicidade 185
4.5 Efeitos do silêncio administrativo 187
4.6 Classificação dos atos administrativos 189
4.7 Espécies de atos administrativos 193
4.8 Perfeição, validade e eficácia 194
4.9 Elementos e requisitos de validade 196
4.9.1 Sujeito 196
4.9.2 Objeto 199
4.9.3 Forma 199
4.9.4 Motivo 200
4.9.5 Finalidade 200
4.9.6 Sistematização distinta 201
4.10 Vícios 202
4.10.1 Vício de sujeito ou de competência 202
4.10.2 Vício de objeto 205
4.10.3 Vício de forma 206
4.10.4 Vício de motivo 207
4.10.5 Vício de finalidade 214
4.11 Discricionariedade e os elementos do ato administrativo 217
4.12 Teoria das invalidades no ato administrativo: nulidade e anulabilidade 220
4.13 Atos inexistentes 223
4.14 Convalidação do ato 224

STJ00109764

4.15 Conversão ... 227
4.16 Extinção ... 228
4.16.1 Formas de extinção do ato administrativo ... 228
4.16.2 Anulação e revogação ... 229
4.16.3 Limites à anulação dos atos administrativos ... 231
4.16.4 Limites à revogação dos atos administrativos ... 234
4.16.5 Desfazimento e exigência de contraditório ... 234

5 Processo administrativo ... 239
5.1 Processo e procedimento: abrangência do processo administrativo ... 239
5.2 Importância do processo administrativo ... 243
5.3 Disciplina jurídica ... 246
5.4 Objetivos ... 251
5.5 Conceito ... 253
5.6 Princípios do processo administrativo ... 254
5.7 Diferenças entre processo civil e processo administrativo ... 264
5.8 Impedimento e suspeição ... 268
5.9 Razoável duração do processo e prazos da LPA ... 269
5.10 Prioridade na tramitação ... 271
5.11 Instrução do processo administrativo ... 273
5.12 Participação comunitária: consulta, audiência e outros meios de interlocução ... 275
5.13 Condição de participante e de interessado ... 281
5.14 Parecer no processo administrativo ... 282
5.15 Extinção do processo ... 284
5.16 Processo Administrativo Disciplinar (PAD) ... 287
5.16.1 Conceito ... 287
5.16.2 Finalidade ... 290
5.16.3 Princípios e critérios jurídicos ... 290
5.16.4 Natureza de poder-dever de apuração de irregularidades ... 293
5.16.5 Constitucionalidade da denúncia anônima ... 295
5.16.6 Investigação preliminar e meios alternativos de resolução de conflitos ... 298
5.16.7 Fases e descrição do procedimento legal ... 300
5.16.8 Revisão do Processo Disciplinar ... 308
5.16.9 Sindicância ... 309
5.16.10 Procedimentos sumários de acumulação, abandono de cargo e inassiduidade habitual ... 311
5.16.11 Verdade sabida ... 314
5.16.12 Prescrição no processo disciplinar ... 317
5.16.13 Controle jurisdicional do ilícito administrativo ... 320

6 Licitação ... 327
6.1 Conceito e natureza jurídica ... 327

STJ00109764

6.2 Objetivos 328
6.3 Fundamentos 332
6.4 Histórico 332
6.5 Disciplina legal e entes que devem licitar 336
6.6 Princípios 341
6.6.1 Legalidade e formalismo 341
6.6.2 Impessoalidade 343
6.6.3 Moralidade 344
6.6.4 Igualdade 345
6.6.5 Publicidade 346
6.6.6 Probidade administrativa 347
6.6.7 Vinculação ao instrumento convocatório 350
6.6.8 Julgamento objetivo 351
6.6.9 Outros princípios correlatos 353
6.7 Contratação direta 355
6.8 Procedimento de justificação de dispensa e de inexigibilidade 370
6.9 Procedimento e suas fases 370
6.9.1 Edital 375
6.9.2 Habilitação 378
6.9.3 Classificação 382
6.9.4 Homologação 384
6.9.5 Adjudicação 385
6.9.6 Inversão de fases 387
6.10 Desfazimento da licitação 387
6.11 Recursos na licitação 391
6.12 Modalidades 393
6.12.1 Concorrência 393
6.12.2 Tomada de preços 395
6.12.3 Convite 396
6.12.4 Concurso 398
6.12.5 Leilão 399
6.12.6 Pregão 401
6.12.6.1 Considerações introdutórias 401
6.12.6.2 Definição e características 402
6.12.6.3 Disciplina legal, princípios e interpretação das normas 406
6.12.6.4 Formas: presencial e eletrônica 406
6.12.6.5 Procedimento do pregão presencial 408
6.12.6.6 Procedimento do pregão eletrônico 410
6.12.7 Sistema de Registro de Preços 415
6.13 Licitação de serviços de publicidade prestados por agências de propaganda 419
6.14 Licitação na área de defesa 421
6.15 Tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte 425

STJ00109764

6.16 Regime Diferenciado de Contratação (RDC) 430
6.17 Licitações nas estatais 438

7 Contratos administrativos 449
7.1 Considerações introdutórias 449
7.2 Discussão acerca da existência de contratos administrativos e sua natureza jurídica 450
7.3 Definição 454
7.4 Tratamento legal 455
7.5 Características 457
7.6 Formalidades 460
7.7 Cláusulas essenciais 462
7.8 Duração do contrato administrativo 464
7.9 Cláusulas exorbitantes 466
7.9.1 Alteração unilateral 467
7.9.2 Rescisão unilateral 470
7.9.3 Fiscalização do contrato 474
7.9.4 Aplicação de sanções por inexecução 477
7.9.5 Ocupação provisória de bens, pessoal e serviços 481
7.9.6 Restrições à alegação da *exceptio non adimpleti contractus* 483
7.9.7 Exigência de garantia 485
7.10 Áleas contratuais 486
7.10.1 Fato da Administração 488
7.10.2 Fato do príncipe 489
7.10.3 Teoria da imprevisão 491
7.10.4 Interferências ou sujeições imprevistas 494
7.11 Diferença entre reajuste e revisão do contrato administrativo 495
7.12 Arbitragem nos contratos administrativos 496
7.13 Extinção do contrato administrativo 497
7.14 Contratos administrativos em espécie 498
7.14.1 Contrato de concessão 499
7.14.2 Empreitada 499
7.14.3 Tarefa 500
7.14.4 Contrato de fornecimento 500
7.14.5 Contrato de gestão 501
7.14.6 Convênio 503
7.14.7 Consórcio público 506
7.14.8 Contratação de serviços terceirizados 507

8 Serviços públicos 509
8.1 Noção 509
8.2 Escola do serviço público e crise da noção 519
8.3 Critérios de identificação e definição de serviços públicos 523
8.4 Princípios 527

STJ00109764

8.4.1 Generalidade ou igualdade dos usuários 527
8.4.2 Modicidade das tarifas 528
8.4.3 Mutabilidade do regime jurídico 528
8.4.4 Continuidade 529
8.5 Classificação 530
8.6 Repartição constitucional de competências e serviços públicos 535
8.7 Participação, proteção e defesa do usuário dos serviços públicos 539
8.8 Delegação de serviços públicos a particulares 543
8.8.1 Concessão e permissão: tratamento legal e diferença 544
8.8.2 Concessão de serviço público 546
8.8.2.1 Histórico "pendular" na utilização da concessão 547
8.8.2.2 Serviço adequado 549
8.8.2.3 Direitos e deveres do usuário do serviço público 553
8.8.2.4 Política tarifária 559
8.8.2.5 Licitação na concessão de serviço público 562
8.8.2.6 Cláusulas essenciais no contrato de concessão 564
8.8.2.7 Encargos da concessionária 565
8.8.2.8 Responsabilidade da concessionária 566
8.8.2.9 Encargos do poder concedente 567
8.8.2.10 Responsabilidade do Estado por prejuízos causados pelos concessionários 568
8.8.2.11 Contratação com terceiros pela concessionária 570
8.8.2.12 Subconcessão 570
8.8.2.13 Transferência 571
8.8.2.14 Intervenção na concessão 571
8.8.2.15 Extinção da concessão 572
8.8.2.15.1 Reversão 572
8.8.2.15.2 Encampação 574
8.8.2.15.3 Caducidade 576
8.8.2.15.4 Rescisão 578
8.8.2.15.5 Anulação 578
8.8.2.15.6 Falência ou extinção da pessoa jurídica 579
8.8.3 Permissão de serviço público 579
8.8.4 Autorização de serviço público 581
8.8.5 Parceria público-privada 583
8.8.5.1 Conceito e natureza jurídica 583
8.8.5.2 Modalidades 583
8.8.5.3 Características e vedações 584
8.8.5.4 Histórico e adoção no Brasil 586
8.8.5.5 Disciplina legal 587
8.8.5.6 Diretrizes norteadoras 589
8.8.5.7 Cláusulas essenciais 590
8.8.5.8 Contraprestação 591
8.8.5.9 Garantias 592
8.8.5.10 Sociedade de propósito específico 593

STJ00109764

8.8.5.11 Licitação 593
8.8.5.12 Normas aplicáveis à União 596

9 Intervenção do Estado no domínio econômico e atuação no domínio social 599
9.1 Intervenção no domínio econômico 599
9.1.1 Monopólio 603
9.1.2 Controle de abastecimento 605
9.1.3 Tabelamento de preços 606
9.1.4 Repressão do abuso do poder econômico 607
9.2 Intervenção/atuação no domínio social 610
9.2.1 Políticas públicas e vinculação aos objetivos constitucionais 611
9.2.2 Controle judicial das políticas públicas: reserva do possível e mínimo existencial 616
9.2.3 Limites ao ativismo jurídico e autocontenção judicial 619

10 Administração Direta e Indireta 623
10.1 Introdução 623
10.2 Desconcentração e descentralização 624
10.3 Teoria do órgão 627
10.4 Administração Direta 629
10.5 Administração Indireta 633
10.5.1 Autarquia 633
10.5.1.1 Conceito e características 633
10.5.1.2 Classificação 636
10.5.1.3 Prerrogativas do regime público 641
10.5.1.4 Sujeições do regime público 643
10.5.1.5 Escolha dos dirigentes 644
10.5.1.6 Regime de bens/patrimônio 645
10.5.1.7 Controle 646
10.5.2 Agências 647
10.5.2.1 Agências executivas 648
10.5.2.2 Agências reguladoras 649
10.5.2.2.1 Intensificação da regulação no Brasil 649
10.5.2.2.2 Inspiração e evolução da regulação no direito norte-americano 653
10.5.2.2.3 Natureza jurídica 654
10.5.2.2.4 Legislação específica nos setores de regulação 657
10.5.2.2.5 Atividades das agências reguladoras 659
10.5.2.2.6 Regulação: operacionalização técnica e eficiência administrativa 661
10.5.2.2.7 Análise de Impacto Regulatório 663
10.5.2.2.8 Regime jurídico do pessoal das agências reguladoras 670

STJ00109764

10.5.2.2.9 Limites à autonomia das agências reguladoras ... 671
10.5.2.2.10 Governança e *compliance* das agências reguladoras ... 673
10.5.3 Fundação ... 674
10.5.3.1 Considerações introdutórias ... 674
10.5.3.2 Fundações de direito privado instituídas por particulares ... 675
10.5.3.3 Fundação pública de direito privado ... 677
10.5.3.4 Fundação de direito público ou autarquia fundacional ... 682
10.5.4 Estatal ... 686
10.5.4.1 Regime jurídico das estatais que prestam serviços públicos ... 690
10.5.4.2 Criação e extinção ... 692
10.5.4.3 Regime de pessoal e nomeação de dirigentes ... 694
10.5.4.4 Empresa pública ... 697
10.5.4.5 Sociedade de economia mista ... 698
10.5.4.5.1 Origem e desenvolvimento ... 698
10.5.4.5.2 Definição e características ... 700
10.5.4.5.3 Distinções entre empresa pública e sociedade de economia mista ... 701
10.5.4.5.4 Fiscalização das estatais ... 702
10.5.5 Consórcios públicos ... 705
10.5.5.1 Tratamento legal e definição ... 705
10.5.5.2 Objetivos ... 707
10.5.5.3 Regime jurídico público ou privado com derrogações ... 708
10.5.5.4 Responsabilidades ... 711
10.5.5.5 Criação ... 712
10.5.5.6 Contrato de rateio ... 715
10.5.5.7 Contrato de programa ... 716
10.5.5.8 Retirada, extinção e exclusão de ente do consórcio ... 716

11 Setor público não estatal: paraestatais e entes de colaboração ... 719
11.1 Introdução ... 719
11.2 Serviços sociais autônomos ... 722
11.3 Corporações profissionais ... 725
11.4 Organizações Sociais (OS) ... 727
11.5 Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) ... 729
11.6 Lei de Parcerias ... 731

12 Servidores públicos ... 743
12.1 Considerações introdutórias ... 743
12.2 Breves linhas histórico-evolutivas acerca do "funcionalismo" ... 744
12.3 Profissionalização do funcionalismo no Brasil ... 746

STJ00109764

12.4 Cargos, empregos e funções 750
12.5 Agentes públicos 759
12.6 Agentes políticos 760
12.7 Servidores públicos 763
12.8 Provimento originário e provimento derivado 763
12.9 Investidura 766
12.10 Classe, carreira e quadro 768
12.11 Concurso público 768
12.11.1 Igualdade e meritocracia 768
12.11.2 Histórico do surgimento do concurso público nas Constituições do Brasil 770
12.11.3 Configuração jurídica 772
12.11.4 Controle dos concursos públicos 774
12.12 Proibição de acumulação remunerada de cargos públicos 778
12.13 Servidores públicos e mandato eletivo 780
12.14 Sistemas remuneratórios 781
12.15 Teto remuneratório 782
12.16 Aposentadoria 785
12.17 Tratamentos transitórios de aposentadoria 789
12.18 Sindicalização e direito de greve 791
12.19 Estabilidade 794
12.20 Vitaliciedade 796
12.21 Responsabilidade dos servidores 797
12.22 Militares 802
12.23 Particulares em colaboração com o Poder Público 803

13 Bens públicos 805
13.1 Considerações introdutórias 805
13.2 Definição de bens públicos 809
13.3 Afetação e desafetação 809
13.4 Classificação 810
13.5 Regime jurídico 812
13.5.1 Inalienabilidade 813
13.5.2 Impenhorabilidade 813
13.5.3 Imprescritibilidade 814
13.5.4 Não onerabilidade com direitos reais de garantia 814
13.6 Uso privativo de bem público 814
13.6.1 Autorização de uso 815
13.6.2 Permissão de uso 815
13.6.3 Concessão de uso 818
13.7 Espécies de bens públicos 818
13.7.1 Terras devolutas 819
13.7.2 Terrenos reservados 820
13.7.3 Faixa de fronteira 821
13.7.4 Terras ocupadas pelos índios 823

STJ00109764

13.7.5 Plataforma continental 829
13.7.6 Terrenos de marinha 831
13.7.7 Ilhas 833
13.7.8 Águas públicas 834
13.7.9 Jazidas e minas 834

14 Limitações ao direito de propriedade 837
14.1 Introdução 837
14.2 Limitações administrativas 838
14.3 Ocupação temporária 839
14.4 Requisição administrativa 840
14.5 Servidão administrativa 840
14.6 Tombamento 842
14.6.1 Noções introdutórias 842
14.6.2 Diferenças entre tombamento e registro 843
14.6.3 Preservação do patrimônio: objetivos e outros instrumentos de tutela 844
14.6.4 Tombamento e desapropriação indireta 845
14.6.5 Objeto 847
14.6.6 Disciplina legal 849
14.6.7 Natureza jurídica 850
14.6.8 Classificação 853
14.6.9 Procedimento 855
14.6.10 Efeitos 856
14.6.11 Direito de preferência em alienação judicial 858
14.7 Desapropriação 859
14.7.1 Conceito e natureza jurídica 859
14.7.2 Disciplina legal 862
14.7.3 Pressupostos autorizadores de desapropriação 864
14.7.4 Sujeito ativo da desapropriação 866
14.7.5 Objeto da desapropriação 868
14.7.6 Procedimento 869
14.7.7 Imissão provisória na posse 870
14.7.8 Desapropriação indireta 871
14.7.9 Indenização 872
14.7.10 Retrocessão e destino do bem desapropriado 876

15 Ordenamento urbano e Estatuto da Cidade 881
15.1 Vida urbana e sustentabilidade da cidade 881
15.2 Funções sociais da cidade 882
15.3 Usucapião especial coletiva de imóvel urbano 891
15.4 Direito de preempção 891
15.5 Outorga onerosa do direito de construir 893
15.6 Operação urbana consorciada 893

STJ00109764

15.7 Transferência do direito de construir ... 895
15.8 Estudo de impacto de vizinhança ... 895

16 Responsabilidade extracontratual do Estado ... 897
16.1 Definição ... 897
16.2 Fundamento da responsabilização: justiça corretiva e distributiva ... 901
16.3 Evolução histórica da responsabilidade ... 905
16.3.1 Período da irresponsabilidade nas Monarquias Absolutistas ... 905
16.3.2 Teoria civilista da culpa ou culpa civil comum ... 906
16.3.3 Responsabilidade publicista: fase inicial – culpa administrativa ou culpa do serviço ... 908
16.3.4 Responsabilidade publicista: teoria do risco ou responsabilidade objetiva ... 912
16.4 Evolução no ordenamento brasileiro ... 915
16.5 Requisitos presentes no art. 37, § 6º, da Constituição ... 918
16.5.1 Das pessoas que respondem objetivamente ... 919
16.5.2 Dano: material ou moral ... 921
16.5.3 Nexo de causalidade ... 923
16.5.4 A terceiros ... 926
16.5.5 Agentes ... 927
16.5.6 Atuação na qualidade ... 928
16.5.7 Regresso por dolo ou culpa ... 930
16.6 Denunciação à lide do agente causador do dano ... 932
16.7 Excludentes da responsabilização ... 933
16.8 Responsabilidade por omissão do Estado ... 937
16.9 Responsabilidade por dano nuclear ... 947
16.10 Responsabilidade do Estado por atos legislativos ... 952
16.11 Responsabilidade do Estado por atos judiciais ... 954
16.12 Prazo de prescrição para pleitear reparação em juízo ... 957

17 Controle da Administração Pública ... 963
17.1 Contextualização, definição e classificação ... 963
17.2 Controle do Ministério Público ... 966
17.3 Controle social ou popular ... 967
17.4 Controle legislativo ... 969
17.5 Controle administrativo ... 970
17.5.1 Recursos administrativos ... 970
17.5.2 Coisa julgada administrativa ... 974
17.5.3 Prescrição administrativa ... 974
17.5.4 Direito de petição aos Poderes Públicos ... 975
17.5.5 Direito de certidão ... 976
17.5.6 Controle anticorrupção e apuração da responsabilidade das empresas ... 977
17.6 Controle judicial ... 982

STJ00109764

17.6.1 *Habeas corpus* 986
17.6.1.1 Origem 986
17.6.1.2 Histórico no Brasil e doutrina do *habeas corpus* 987
17.6.1.3 Objeto 990
17.6.1.4 Sujeito ativo, abrangência e informalismo 990
17.6.2 *Habeas data* 991
17.6.2.1 Conceito e origem 991
17.6.2.2 Objeto 992
17.6.2.3 Questões sobre o cabimento 994
17.6.2.4 Sujeito ativo 995
17.6.2.5 Rito 996
17.6.3 Mandado de segurança 996
17.6.3.1 Definição 996
17.6.3.2 Origem 996
17.6.3.3 Disciplina legal 997
17.6.3.4 Sujeito ativo ou impetrante 997
17.6.3.5 Sujeito passivo ou paciente 997
17.6.3.6 Pressupostos 998
17.6.3.7 Liminar 1000
17.6.3.8 Processamento 1000
17.6.4 Mandado de injunção 1001
17.6.4.1 Definição 1001
17.6.4.2 Pressupostos 1001
17.6.4.3 Sujeito ativo e sujeito passivo 1001
17.6.4.4 Procedimento 1002
17.6.4.5 Efeitos 1003
17.6.5 Ação popular 1005
17.6.5.1 Origem 1005
17.6.5.2 Objeto 1006
17.6.5.3 Pressupostos 1007
17.6.5.4 Sujeito ativo e sujeito passivo 1008
17.6.5.5 Competência 1008
17.6.5.6 Funções do Ministério Público 1009
17.6.5.7 Liminar e natureza da sentença 1009
17.6.6 Ação civil pública 1012
17.6.6.1 Conceito 1012
17.6.6.2 Objeto e natureza da sentença 1013
17.6.6.3 Sujeito ativo e sujeito passivo 1013
17.6.6.4 Funções do Ministério Público 1014
17.6.6.5 Inquérito civil e seu arquivamento 1014
17.6.6.6 Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) 1015
17.6.6.7 Propositura 1015
17.6.6.8 Execução pelo Fundo de Reconstituição em condenação pecuniária 1015
17.6.7 Improbidade administrativa 1017

STJ00109764

17.6.7.1 Atos de improbidade e sanções 1017
17.6.7.2 Modalidades de atos de improbidade e respectivas sanções 1018
17.6.7.3 Elemento subjetivo 1025
17.6.7.4 Sujeito passivo 1025
17.6.7.5 Sujeito ativo 1025
17.6.7.6 Medidas acautelatórias 1028
17.6.7.7 Processo administrativo 1028
17.6.7.8 Ação judicial 1029
17.6.7.9 Prescrição 1030
17.7 Administração do medo, apagão das canetas e novos contornos do controle com as alterações da LINDB 1032

Referências **1035**

Índice remissivo **1049**

Índice remissivo dos quadros de temas polêmicos **1065**